

## DEMOGRAFIA

# Rio Grande do Sul deverá começar a perder população a partir de 2027

## Transição demográfica está mais acelerada no RS do que em outros estados do Brasil

Ana Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

A população brasileira está envelhecendo. Em um cenário no qual mulheres têm menos filhos e a longevidade cresce, a tendência é de que o número de moradores comece a diminuir. Essa realidade está mais acentuada no Rio Grande do Sul, que concentra 19 das 20 cidades brasileiras com mais idosos, conforme o último Censo do Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022. Entre os gaúchos, o número de habitantes deverá começar a cair já em 2027, enquanto, no nível nacional, a projeção é de que isso aconteça apenas em 2042.

Um dos principais motivos é a queda nas taxas de fecundidade — ou seja, a média de filhos para cada mulher. A redução é fruto de variáveis como o aperfeiçoamento e a disseminação de métodos contraceptivos, aliada ao aumento da escolaridade.

“O pico de nascimentos foi na década de 1980, uma geração que teve uma quantidade maior de pessoas e que entrou em idade reprodutiva até o início dos anos 2000. Nessa época, as mulheres já estavam

tendendo a ter menos filhos, mas tinha essa crescente de mulheres chegando na idade reprodutiva, o que compensava um pouco a queda de fecundidade. Mas chegamos ao contexto atual, em que já reduziu o número de mulheres chegando à idade reprodutiva aliado à queda das taxas de fecundidade”, explica o gerente de projeções e estimativas do IBGE, Márcio Mitsuo Minamiguchi.

Atualmente, as regiões Sul e Sudeste do Brasil têm os indicadores mais baixos do País, incluindo as maiores idades médias em que as mulheres se tornam mães. No Rio Grande do Sul, em 2010, as gaúchas tinham seus filhos, em média, aos 27,8 anos. Em 2022, aos 29 anos, a

segunda maior média do País, abaixo apenas do Distrito Federal (29,3 anos).

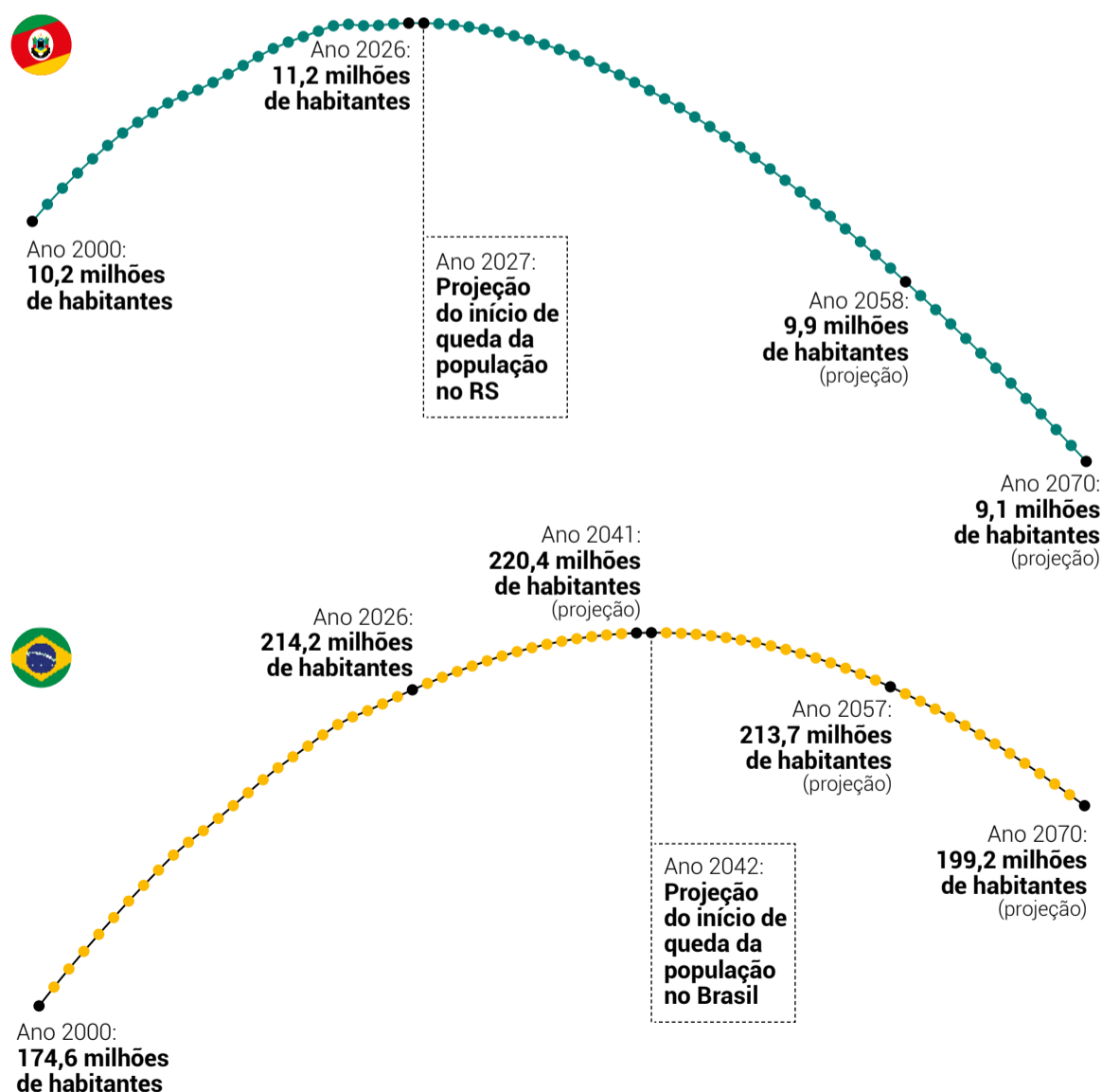
A isso, soma-se um problema: um alto índice de gaúchos deixando o Estado, movimento que não é compensado pela chegada de novos residentes. “Quando ainda existia uma diferença grande entre o total de nascimentos e o total de óbitos, mesmo perdendo população por migração, ainda a população crescia. Agora, como essa diferença vem se estreitando, a capacidade de manter o crescimento, mesmo com saldo migratório negativo, tem diminuído”, acrescenta Minamiguchi.

O Rio Grande do Sul possui mais emigrantes do que imigrantes, com um saldo migratório negativo

de -77.839 habitantes no Censo de 2022. Conforme o IBGE, a taxa líquida de migração, que mede a parcela populacional que um local perdeu ou ganhou pelos movimentos migratórios, foi de -0,72%.

“Todos os cenários preveem um saldo migratório negativo para o Rio Grande do Sul. E o efeito das enchentes também não foi de atrair moradores. Esse tipo de crise pode atrair mão de obra em um primeiro momento, para a construção civil, por exemplo. Eventualmente, uma ou outra pessoa fica, mas, nesse contexto, é bem difícil. É como aconteceu no Rio de Janeiro, na época das obras das Olimpíadas de 2016. Em geral, é temporário”, avalia Minamiguchi.

## Evolução e projeção da população no RS e no Brasil



Pico populacional do Rio Grande do Sul será atingido em 2026 e número de habitantes no Estado começará a cair a partir de 2027, projeta o IBGE. No Brasil, o auge da população está previsto para 2041, com queda a partir do ano seguinte. Até o ano 2070, a estimativa é que a população gaúcha terá caído para 9,1 milhões de habitantes, dois milhões a menos que o patamar atual.

## Atrair moradores e preparação para as mudanças climáticas são desafios do RS

A atratividade de novos moradores, buscando mitigar, em partes, a redução populacional, tem um viés econômico. Afinal, com menos pessoas em idade ativa no mercado de trabalho, a escassez de mão de obra, já enfrentada em diversos segmentos das matrizes produtivas gaúchas, deverá se agravar. E, além disso, a produtividade tende a cair.

Mas trazer novos residentes e manter os atuais em solo gaúcho é um desafio e tanto. Não apenas as enchentes repeliram pessoas do Estado, como sucessivas estiagens frustraram safras inteiras, fizeram o Rio Grande do Sul perder participação na economia brasileira e, como clima, economia e crescimento demográfico são variáveis que se relacionam, o RS passou a perder ainda mais residentes.

“O Rio Grande do Sul é o segundo Estado com mais incidência de secas graves, dado do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), desde 1990. Se a gente pega 85% do território, ou seja, excluindo as regiões Metropolitana, Serra e Litoral, é a região do Brasil com a maior incidência de secas nos últimos 40 anos. E, quando olhamos para os fluxos migratórios dessas regiões afetadas, eles são negativos justamente pela recorrência de secas. Então, diria que sim, o fenômeno climático das secas é uma explicação da perda de população, principalmente no Interior”, avalia o economista Aod Cunha.

Para o especialista, é preciso dar

conta cada vez mais dessa correlação para pensar em um crescimento econômico. “Do ponto de vista dos efeitos climáticos, o Estado precisa avançar no tema de irrigação, armazenamento e reserva d’água em escala maior, principalmente no Interior. Porque quando se tem uma seca, tem também uma destruição de renda não só da agricultura, mas do comércio, dos serviços, e uma perda de oportunidades”, acrescenta.

A partir disso, surgem outros desafios. Afinal, será preciso reter a juventude e atrair novos moradores em idade de trabalho para dar conta da produção no Estado, seja na agropecuária, nos serviços ou na indústria. E, além da questão climática, outros fatores precisam ser levados em consideração.

“É necessário fazer com que o Rio Grande do Sul tenha melhor qualidade de vida de maneira geral, principalmente para os jovens, avançando em áreas como educação, saúde, segurança e entretenimento. É necessário melhorar essa atratividade. Tem alguns lugares que têm conseguido fazer isso, como o Uruguai”, avalia Aod.

A receita, conforme o economista, é evidente: “É uma combinação de duas vertentes, uma econômica, ou seja, irrigação e geração de empregos, e outra de oferta de serviços que melhorem a qualidade de vida e gerem uma percepção do jovem querer ficar porque a vida vai acontecer nesse lugar onde ele vai estar”, conclui.